

# **Lutas simbólicas no campo jornalístico argentino: um estudo bourdieusiano da lei de meios**

*Symbolic struggles in the Argentinian journalistic field:  
a bourdieusian study of the ley de medios*

*Luchas simbólicas en el campo periodístico argentino:  
un estudio bourdieusiano de la ley de medios*

—

**Pedro Henrique DE OLIVEIRA COUTINHO**

Faculdade de Direito de Vitória, Brasil / pedrohenrique.olc@gmail.com

**André Filipe REID DOS SANTOS**

Faculdade de Direito de Vitória, Brasil / afprsantos@gmail.com

—

*ChasquiChasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*  
*N.º 138, agosto-noviembre 2018 (Sección Informe pp. 349-364)*

*ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X*

*Ecuador: CIESPAL*

*Recibido: 11-05-2017 / Aprobado: 20-07-2018*

## Resumo

Este artigo visa compreender as relações sociais produzidas por diversos agentes que resultaram na Lei de Meios na Argentina. Considera-se o confronto político entre governo Kirchner e Grupo Clarín levando os atores a travar uma luta para o reconhecimento de legitimidade, pelo poder de identificar o tema da democratização das mídias. Será utilizado o método de análise bourdieusiano, compreendendo a formação e a transformação do campo jornalístico, sua interface com os campos político e econômico e os capitais em disputa entre esses três campos. A partir dos resultados obtidos, verifica-se que a Lei de Meios é fruto de inúmeras relações concebidas entre os agentes no campo político e no campo jornalístico, ambos sofrendo uma forte pressão do campo econômico.

**Palavras-chave:** Grupo Clarín; Cristina Kirchner; Pierre Bourdieu; poder simbólico; democratização.

## Abstract

This article aims to clarify the social relations produced by several agents that have resulted in the Ley de Medios in Argentina. It is considered the political struggle between the Kirchner's government and Clarin Group leading the social actors to fight for recognition of legitimacy, the power to identify the theme of democratization of media. It will be used the bourdieusian method, comprising the formation and the transformation of the journalistic field and it's relations with the political and economic fields. From the results obtained, it is possible to verify that the Ley de Medios is a product of several relations conceived between the agents on political and journalistic field, both suffering a strong pressure from the economic field.

**Keywords:** Clarín Group; Cristina Kirchner; Pierre Bourdieu; symbolic power; democratization.

## Resumen

Este artículo pretende comprender las relaciones sociales de diversos agentes que resultaron en la Ley de Medios en Argentina. Se considera el enfrentamiento político entre la gestión Kirchner y el Grupo Clarín que llevó los actores a una lucha por el reconocimiento de legitimidad por el poder de identificar el tema de la democratización de los medios. Se utilizará el método bourdieusiano de análisis, comprendiendo la formación y la transformación del campo periodístico y su relación con los campos político y económico y los capitales en disputa. Con los resultados obtenidos, se verifica que la ley de medios es fruto de innumerables relaciones concebidas entre los agentes en el campo político y periodístico, ambos sufriendo una fuerte presión del campo económico.

**Palabras clave:** Grupo Clarín; Cristina Kirchner; Pierre Bourdieu; poder simbólico; democratización.

## 1. Introdução

A Lei de Meios – Lei 26.522/2009 – foi sancionada e promulgada pela presidenta argentina Cristina Kirchner, no dia 10 de outubro de 2009. Não obstante o caráter progressista dessa iniciativa, as políticas no sentido de regulamentação das mídias apenas tiveram espaço na agenda do governo após seu enfrentamento político com o Grupo Clarín – maior conglomerado midiático da Argentina. Assim, a oportunidade para debater a questão da democratização dos meios de comunicação ficou relegada aos embates entre governo e Clarín.

Enquanto o governo direcionou seus objetivos ao enquadramento do Grupo Clarín como violador dos interesses democráticos que conspirava contra a diversidade de ideias, o conglomerado midiático procurou atacar o governo kirchnerista através das constantes exposições de escândalos de corrupção, reforçando negativamente as ações do governo e acusando-o de atacar a liberdade de imprensa.

Todavia, as relações entre governo Kirchner e Clarín que antecederam este profundo embate se caracterizavam não apenas por um trato harmonioso, mas também de extrema cumplicidade. Enquanto o governo facilitava a concessão de licenças, aumentando a força do Clarín, este realizava um jornalismo de chapa branca, contribuindo, inclusive, para a eleição de Cristina Kirchner à presidência no final do ano de 2007. Entretanto, após sucessivos problemas sociais e econômicos, seguidos pela queda de popularidade da presidenta, o Grupo Clarín retirou seu apoio editorial, culminando com o confronto político de que trata este artigo.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo responder a seguinte questão: de que maneira se pode identificar nas pressões (políticas e econômicas) os encantamentos que criam os jogos simbólicos no campo jornalístico, usando o caso da lei de meios na Argentina como exemplo avaliativo dessa realidade?

Para tanto, será fundamental realizar uma análise do contexto sócio-histórico que culminou na Lei de Meios, utilizando-se para isso a teoria de Pierre Bourdieu. Para o autor, a análise do processo histórico deveria necessariamente passar por uma reflexão a respeito da descrição e elaboração do objeto, quer dizer, o processo histórico deve ser encarado de forma a inserir indivíduo e sociedade dentro de uma estruturação relacional. Por isso, as noções de campo, capital e *habitus* serão essenciais para compreender e inserir em uma concepção histórica as relações de força travadas pelos diversos agentes dentro do campo de lutas.

Na primeira parte do artigo será feita uma análise do método bourdieusiano a ser aplicado, de modo a superar a falsa oposição entre indivíduo e estrutura e inserindo a abordagem histórica em uma perspectiva relacional. Para Bourdieu, a história se manifesta nas estruturas sociais, mas também se exterioriza nos indivíduos, de modo que estes dois planos estão mutuamente imbricados.

Na segunda parte, a teoria de Pierre Bourdieu será fundamental para a análise do contexto sócio-histórico da promulgação da Lei de Meios na Argentina. Desta forma, as posições políticas tomadas pelos atores sociais envolvidos vão se dar através de uma lógica concorrencial tanto no interior do campo político, como através das lutas travadas entre campo político e jornalístico.

## **2. Método de análise em Bourdieu**

A condição prévia para todo o trabalho crítico e científico é a realização de uma análise rigorosa de modo a reconstruir, na particularidade de cada momento histórico, como determinadas categorias foram definidas para que não sejam presumidas como universais invariáveis. Por isso, estas categorias devem ser pensadas através de uma dimensão histórica, considerando não como categorias universais, mas sim a partir de uma reflexão no sentido de qual contexto e por qual motivo foram introduzidas de maneira a evitar o anacronismo, o uso retrospectivo sem a devida precaução (Bourdieu, 2011, p. 23).

A consequência disso é que a aplicação de padrões e conceitos etnológicos às nossas sociedades sem a devida preocupação com seus requisitos de validade produz um efeito de “des-historização” (Bourdieu, 1989, p. 370). De acordo com o autor, a discussão crítica do método histórico consiste em reconduzir o olhar científico para a própria ciência, ou melhor, considerar as classificações como objeto de análise, evitando a utilização destas categorias de forma irreflexiva. Os historiadores, por exemplo, utilizam frequentemente dessas universalizações de categorias sem levar em conta que são construções históricas, que passaram por diversas mudanças.

As mesmas palavras podem ser utilizadas por grupos diferentes, através de meios diferentes e tendo sentidos diferentes. Todas as palavras, as definições, e conceitos que usamos para refletir sobre a história são construídos a partir do ponto de vista histórico, então essa reflexividade é fundamental. Essa é uma das críticas que Bourdieu realiza ao citar inúmeras obras históricas que se utilizam de conceitos como “capital cultural”, “modernização”, “bens simbólicos” de forma isolada, sem se referir a todo um sistema de relações teóricas que são conectadas (Bourdieu, 1989, p. 377). Portanto, a conceitualização e a construção do objeto, bem como a necessidade de se utilizar conceitos relacionais evita a universalização de certas categorias de pensamento, de certos sistemas de classificação, que certamente levariam a uma análise histórica obsoleta.

Diante disso, é essencial que os conceitos utilizados para pensar a história (ou quaisquer outras ciências sociais) sejam tomados com pinças históricas (Bourdieu, 1989, p. 390) de modo a garantir o domínio consciente das condições sociais de produção do discurso histórico sobre o mundo social por meio da crítica histórica das formas de manifestação do pensamento, das concepções. Só é possível conceber de forma integral as teorias políticas analisadas

reestruturando as teorias contemporâneas no campo de lutas em que foram historicamente constituídas.

Para tanto, Bourdieu vai propor uma nova forma para se pensar a história. Em primeiro lugar, é fundamental a superação da (falsa) oposição entre indivíduo e estrutura (Bourdieu, 2011, p. 46). Essa é uma vertente essencial que perpassa todo o pensamento do autor com relação à abordagem histórica. A história deve ser analisada sempre a partir do indivíduo e da sociedade numa composição relacional. Qualquer abordagem que reflita sobre a história partindo meramente da reprodução das estruturas, ou, por outro lado, fundamentando-se a partir exclusivamente dos indivíduos, é uma abordagem falsa.

Para fugir dessa dicotomia entre indivíduo e estrutura, o acontecimento e a longa duração, as vontades singulares e os determinismos estruturais, Bourdieu vai propor duas formas de se analisar a expressão do processo histórico já que toda ação histórica promove dois estados da história: a história incorporada e a história reificada (Bourdieu, 2004, p. 82).

A história reificada é a história no seu estado objetivado, é a história feita coisa, que se acumulou ao longo do tempo nos objetos, nas instituições, na linguagem, nas teorias, no direito, nos costumes. Todos esses elementos são resultado de um processo histórico que se manifesta nos objetos, já que a história neles se acumulou (Bourdieu, 2004, p. 82).

Por outro lado, a história incorporada é a história gravada no corpo dos sujeitos. São os atores sociais interiorizando o processo histórico no qual estão imersos e de que são produto. Essa história incorporada se torna o *habitus* (Bourdieu, 2004, p. 82), que é um conceito fundamental para compreender essa forma de manifestação do processo histórico.

O *habitus* dá a ideia de que os agentes possuem uma história e que essa história é produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio e ao mesmo tempo produto de uma história coletiva em que as formas de pensamento, estratégias e esquemas de percepção são o resultado da corporificação das estruturas sociais (Bourdieu, 2011, p. 58).

Ao conceituar essas duas formas de manifestação da história, Bourdieu ultrapassa a oposição entre indivíduo e estrutura, já que a história se exterioriza nas e pelas estruturas sociais na forma de uma história reificada (objetivada), mas também se manifesta nos indivíduos, que trazem a história gravada em seus corpos na forma de *habitus*. O que o autor quer mostrar é que os dois planos em que a história se manifesta estão sempre inter-relacionados (Bourdieu, 2004, p. 83).

Qualquer análise da história atribua a instituições ou entidades coletivas (Estado, Igreja, Burguesia, Mídia) uma personalidade própria, isto é, com uma condição de sujeitos históricos capazes de realizar seus próprios fins, é uma história vazia de sentido. Isso porque essa forma de análise historiográfica reduz os agentes ao papel de simples executores, de cúmplices de uma política inscrita na essência dos aparelhos (Bourdieu, 2004, p. 77), deduzindo que

os indivíduos não possuem qualquer capacidade inventiva e que são inteiramente sujeitos às coações das estruturas sociais.

O propósito de uma instituição, de acordo com Bourdieu (2004, p. 81) não está na vontade de um indivíduo ou grupo, mas sim na relação de forças contrárias ou complementares travadas no seu interior. Assim, para entender uma instituição ou entidade coletiva numa perspectiva histórica a reconstrução do campo de lutas em que está inserido é fundamental.

Dessa maneira, é um grande equívoco pensar a investigação da história conferindo aos aparelhos uma essência inerente e atribuindo a estes e as estruturas sociais o papel de definidores da história. Por outro lado, qualquer abordagem historiográfica que confira aos indivíduos o protagonismo na condução do processo histórico através de premeditações e pensamentos racionais ignorando os condicionamentos sociais incorre no mesmo erro.

A inclinação para pensar a história como um encadeamento de fatos bem delineados está na origem da ilusão teleológica que concede aos agentes individuais intenções e premeditações (Bourdieu, 2004, p. 80). Os indivíduos não possuem plena consciência da lógica dos campos e de suas lutas. Entretanto, as competições, os jogos e as relações de força vão existir dentro de um campo, ainda que os agentes não tenham discernimento de todas essas categorias.

Essas relações de força e as lutas dentro do campo vão acontecer sem que os indivíduos dominem de forma consciente todos estes mecanismos, o que Bourdieu vai chamar de senso prático. Quer dizer, mesmo sem a inteira percepção de todos esses mecanismos, os agentes jogam dentro do campo de acordo com sua lógica por meio de um “feeling” causado pelo *habitus*, o que os leva a desenvolver estratégias mesmo sem a consciência dos processos sociais em curso.

Nessa perspectiva, é falha a abordagem histórica que tente encaixar essa consciência nos agentes. A história se movimenta a partir das disputas nos campos sociais e os sujeitos que se encontram nesta arena não possuem plena consciência do jogo que está sendo jogado.

Bourdieu analisa criticamente as duas formas de abordagens históricas que carecem de uma perspectiva relacional, incorrendo no erro de privilegiar as estruturas e atribuir um protagonismo, uma essência aos aparelhos ou pensando os indivíduos como agentes conscientes que planejam o processo histórico de uma forma racional.

Para superar esta falsa dicotomia é crucial a inclusão de conceitos relacionais como campo, *habitus* e capital para estender o poder de análise. Tais noções permitem que sejam superados dois erros crassos que ocorrem nas ciências sociais: o mecanicismo, que concebe a ação como um efeito automático das pressões efetuadas pelas causas externas; e o finalismo, que acredita que o indivíduo age de maneira consciente, livre (Bourdieu, 2002, p. 70).

Uma sociedade não constitui uma lógica social única, formada por uma cultura comum ou funções sistemáticas, mas sim um espaço de jogos relativa-

mente independentes. Cada um desses espaços equivale a um campo (político, social, econômico, jornalístico), quer dizer, são dotados de uma composição relacional de maneira a impor sua lógica a todos os agentes que nele ingressam (Bourdieu, 2002, p. 67). São espaços de concorrência e de lutas no qual os competidores combatem para impor o monopólio sobre a espécie específica do capital referente ao campo.

Existem nos campos princípios de visão e de divisão de mundo que os agentes compartilham. Desta forma, os indivíduos são expostos às condições sociais definidas no campo, interiorizando a realidade externa e criando nos sujeitos um conjunto de disposições duráveis e transferíveis, um sistema de esquemas de percepção, de apreciação e de ação que permitem que os agentes percebam e ajam num determinado universo social (Bourdieu, 2002, p. 68). Bourdieu vai chamar isso de *habitus*. Os conceitos de *habitus* e de campo são relacionais, daí a importância de que se realizar uma abordagem historiográfica no sentido de reconstruir o espaço dos possíveis no interior do qual suas concepções foram formadas, assim como o universo de determinações sociais que possibilitam, ao mesmo tempo em que limitam uma determinada criação (Bourdieu, 1989, p. 383). É importante deixar claro que o *habitus* não é uma invariante antropológica, uma vez que “os ‘sujeitos’ sociais não são espíritos instantâneos” (Bourdieu, 2011, p. 58). Isto é, o *habitus* é um operador de uma racionalidade prática ligado a todo um sistema histórico de relações sociais. Portanto, o *habitus* ultrapassa a órbita do indivíduo. É criador, inventivo, mas nos limites das suas estruturas (Bourdieu, 2002, p. 69). Os agentes criam estratégias – sem plena consciência de suas ações, vale lembrar – em razão da sua posição no campo de forças o que possibilita a ascensão a posições mais reconhecidas.

Nesse espaço de contínuas lutas e concorrência que é o campo, é importante acentuar que os indivíduos não agem somente por vantagens econômicas, mas sim pelo desejo de alcançar o prestígio e o reconhecimento dos outros competidores, ou seja, os sujeitos agem pela vontade de se diferenciar e de se posicionar numa escala de poder (Bourdieu, 2002, p. 69). A posição de cada indivíduo no campo, no espaço social, possui uma relação direta com o volume de capital específico que ele possui, já que a ocupação de uma posição mais elevada possibilita ao sujeito um acúmulo do capital inerente ao campo, seja no campo jurídico (juiz, promotor) seja no campo jornalístico (diretor de emissora, redator-chefe). Contudo, o capital reconhecido num campo pode ser desvalorizado em outro. Nos negócios, por exemplo, o capital predominante é o econômico, enquanto no campo cultural o que importa é um certo desinteresse no tocante aos valores mercantis (Bourdieu, 2002, p. 67).

Os campos são, portanto, microcosmos que possuem leis próprias e que são determinados por seu posicionamento no mundo social e pelos choques e repulsões que sofrem de outros microcosmos (Bourdieu, 1997, p. 55). Não é diferente quando falamos em campo jornalístico.

Entretanto, apesar de possuir uma estrutura análoga aos demais campos, o peso do comercial, a pressão exercida pelo campo econômico é muito maior (Bourdieu, 1997, p. 104). Por deter uma estrutura homóloga a outros campos como o literário e o artístico, o campo jornalístico apresenta uma lógica específica, propriamente cultural, a qual é imposta aos jornalistas através de restrições e condicionantes que eles mesmos impõem uns aos outros, cuja estima entre os agentes se firma em reputações de honorabilidade (Bourdieu, 1997, p. 105). Todavia, o campo jornalístico, assim como o político e o econômico, está perpetuamente sujeito ao arbítrio do mercado através, direta ou indiretamente, do índice de audiência. Deste modo, partindo da lógica específica de um campo que tem como objetivo a produção de notícias, a concorrência pela audiência se traduz em uma concorrência pela prioridade, ou seja, pelas notícias mais novas, pelo furo jornalístico. Com isso, a competição pela prioridade nas notícias faz com que o *modus operandi* da prática jornalística se pautem na velocidade, na precipitação e na constante renovação das informações veiculadas (Bourdieu, 1997, p. 106-107). Esta intensa concorrência contribui para uma vigilância recíproca e permanente sobre a prática dos concorrentes “a fim de tirar proveito de seus fracassos, evitando seus erros [...], tentando tomar emprestados os supostos instrumentos de seus êxitos” (Bourdieu, 1997, p. 108). Nesse sentido, ao contrário do que prega a máxima neoliberal, a concorrência não é automaticamente uma criadora de uma pluralidade e de originalidade, mas sim um instrumento de uniformidade da oferta (Bourdieu, 1997, p. 108), bastando para essa constatação uma simples comparação entre os conteúdos das emissoras de rádio e de televisão com grande audiência.

Assim sendo, um campo jornalístico que fica cada vez mais subordinado aos interesses da lógica de mercado tem uma propensão a afetar outros campos, como por exemplo, o campo político, que apesar de estar em constantes lutas e relações de concorrência com o campo jornalístico, ambos possuem em comum o fato de estarem estreitamente submetidos à influência do mercado (Bourdieu, 1997, p. 114). Por isso, tanto a submissão dos dois campos pelo campo econômico, como a influência do campo jornalístico no político faz com que este se sujeite à pressão das exigências da maioria, muitas vezes passionais e acríicas, contribuindo decisivamente para o enfraquecimento da autonomia do campo político (Bourdieu, 1997, p. 116). O campo jornalístico produz, portanto, uma visão particular do campo político, que se alicerça na estrutura do campo jornalístico e nos interesses específicos dos jornalistas, permeados, por sua vez, pelo campo econômico.

Neste sentido, é necessário que a Lei de Meios passe por uma análise de modo a contextualizar tal fenômeno dentro de uma dimensão histórica, evitando assim o uso de conceitos e categorias obsoletas. Para tanto, a teoria de Pierre Bourdieu será fundamental para apreender, com o rigor necessário, o entrelaçamento (não intencional) das múltiplas ações de grupos e indivíduos –

posicionando-os sempre nas relações próprias do campo de força no qual estão inseridos– que culminaram com o fenômeno aqui analisado.

Isto porque o processo não é racional enquanto ele está sendo realizado, quer dizer, os agentes não possuem plena consciência da lógica dos campos e suas lutas. Contudo, é possível realizar uma racionalização do processo no sentido de uma compreensão pretérita, compreendendo os capitais que foram jogados dentro daquele contexto social.

### **3. Contexto sócio-histórico da promulgação da lei de meios**

No dia 10 de outubro de 2009, a presidenta Cristina Fernández de Kirchner sancionou e promulgou a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual nº 26.522, conhecida popularmente como Lei de Meios (Silva, 2015, p. 13). A base argumentativa para a proposição de uma lei desta magnitude se escorava no fato de que era necessário frear a continuidade de um mercado oligopolizado dos meios de comunicação desconcentrando o poder midiático acumulado em poucas mãos e promovendo uma comunicação aberta e plural como um caminho para a construção e consolidação de cidadania (Busso & Jaimes, 2011, p. 3). Para isso, o direito à comunicação é alçado como um direito humano fundamental, não se limitando somente à liberdade de expressão e ao direito de informação, mas também reconhecendo seu papel fundamental nos processos de construção das sociedades realmente democráticas (2011, p. 7).

Outro argumento importante utilizado por aqueles favoráveis à lei de meios foi que a promulgação da lei anterior, a Lei de Radiodifusão, outorgada em 1980, surgiu em pleno regime militar, tendo, portanto, uma carga muito vinculada ao que era a ditadura. Entretanto, uma das questões que foi minimizada ou ocultada propositalmente foi a menção de que mais de 50% das leis vigentes na Argentina foram sancionadas em períodos ditatoriais, ou seja, uma campanha para anular as leis da ditadura deveria rediscutir quase que integralmente o conjunto da legislação do país. O Estado, sendo na ditadura ou na democracia, sempre teve um caráter capitalista e, portanto serviu da mesma forma a tal regime social. A insistência em uma “lei da ditadura” oculta esse caráter de classe do Estado (Henkel & Morcillo, 2013, p. 36).

Por outro lado, tal medida era vista pelos grandes conglomerados econômicos – sobretudo o Grupo Clarín – como um mecanismo de censura contra a mídia independente, configurando uma nítida perseguição ideológica contra um conglomerado econômico que era visto como inimigo pelo governo. Assim, o Grupo Clarín passou a investir em um jornalismo dedicado a cobrir os escândalos de corrupção do governo, relacionando sempre a temas mais sensíveis como segurança, inflação e desemprego (Silva, 2015, p. 8).

Desta forma, a luta travada entre o governo de Cristina Kirchner e o Grupo Clarín perpassa toda a questão em torno das medidas regulatórias para a

democratização dos meios de comunicação. Do lado do governo foi construído um papel de justiceiro, gerando a imprescindibilidade de promover políticas públicas no sentido da democratização de vozes. Por outro lado, o Grupo Clarín encarnou o papel de mártir perseguido por um governo autoritário, mas que desafiaria o governo em prol da democracia e da liberdade de expressão (Silva, 2015, p. 9).

Para que uma tomada de posição política se torne compreensível, é fundamental o conhecimento do universo das tomadas de posições propostas em concorrência tanto no interior do campo político, como do resultado dos embates entre campo político e jornalístico (Bourdieu, 2004, p. 172). O embate entre governo e Clarín assume, nesta perspectiva, a forma de uma luta pelo poder simbólico de fazer ver e fazer crer, ou seja, de dar a conhecer e fazer reconhecer (Bourdieu, 2004, p. 174).

Em vista disso, a relação entre governo Kirchner e Clarín nem sempre fora conflituosa, pelo contrário. O panorama político-institucional pelo qual se passava a Argentina no momento em que Nestor Kirchner, marido e antecessor de Cristina, chegou ao governo do país era de extrema fragilidade. Nesta perspectiva, Kirchner acreditava que uma relação cordial com a grande mídia seria de fundamental importância para o bom andamento do governo, sobretudo no que se refere ao grupo Clarín, considerado um dos grupos mais poderosos da Argentina (Mochkofsky, 2011, p. 158). Quanto ao Clarín, essa aproximação era vista com muita importância, já que havia um interesse direto em temas centrais como a renegociação das dívidas adquiridas pelas empresas durante a intensa crise econômica vivida no país (2011, p. 160). Em síntese, a relação entre o governo Kirchner e o Grupo Clarín foi, nos primeiros anos, de um grande companheirismo.

Há aqui uma clara demonstração da relação de luta e concorrência permanentes que travam os agentes do campo político com os do campo jornalístico, estando este, de certa maneira, englobado no campo político, no qual exerce efeitos poderosos (Bourdieu, 1997, p. 114). Assim, é possível perceber que a interferência e o choque entre campos distintos também marcam sua existência, já que “as representações e as práticas em um campo dependem do contexto organizacional e do tipo particular de poder que o institui” (Girardi Jr, 2007, p. 26). A partir de uma análise do campo e da sua dinâmica, pode-se entender não apenas os constrangimentos, como também o encantamento que cria esses jogos simbólicos (2007, p. 26).

Uma vez alcançada certa estabilidade na política nacional, o objetivo do Grupo Clarín era de expandir seus negócios. Assim, a afinidade com o kirchnerismo possibilitou a compra da Cablevisión pela Multicanal – empresa de TV a cabo do Grupo Clarín. O conglomerado midiático passou a dispor de 47,3% do negócio de TV a cabo do país, tornando-se a sétima operadora mundial e a primeira na América Latina em número de assinantes (Mochkofsky, 2011, p. 163). Em contrapartida, a política adotada pelo Clarín foi a de repercutir

boas notícias sobre o governo, exaltando a economia recuperada, a melhora da infraestrutura do país e as qualidades políticas da candidata que mais tarde sucederia Nestor Kirchner na presidência, sua esposa Cristina Kirchner (Silva, 2015, p. 17).

O objeto de disputa de ambos os campos jornalístico e político havia sido alcançado: o grupo Clarín definiu sua posição no campo como maior detentor dos capitais específicos com a conquista de considerável fatia do mercado e a expansão de seus negócios, ao passo que o governo Kirchner garantiu a aprovação popular e a permanência no cenário político nacional.

Nestor Kirchner saiu da presidência com 70% de aprovação pública, passando o comando para Cristina Kirchner, que chegou ao governo em dezembro de 2007 com 45, 29% dos votos. Contudo, devido a sérios problemas herdados da gestão anterior, já nos primeiros cinco meses de gestão a popularidade do governo despencou de 56% em janeiro para 26% em maio, obtendo antipatia especialmente das classes médias urbanas (Mochkofsky, 2011, p. 178).

Devido ao momento de turbulências financeiras em nível mundial, eram necessárias medidas urgentes de modo a preservar o superávit dos gastos fiscais, evitando assim uma recessão econômica (Montenegro, 2011, p. 30). Naquele momento, em razão da grande diferença cambial entre o peso argentino e o dólar, a exportação de soja gerava grandes lucros aos produtores que enriqueciam pelos altos preços do mercado internacional (Mochkofsky, 2011, p. 179). Neste cenário, o governo decretou no dia 11 de março de 2008 a Resolução 125, que vinha com o objetivo de aumentar a arrecadação de impostos, aumentando em 63, 4% o imposto sobre os grãos exportados (Silva, 2015, p. 39). Com essas medidas, o governo esperava obter o apoio dos pequenos e médios produtores rurais, porém, o conflito instaurado contra os grandes produtores tomou contornos mais sérios, gerando consequências não (ou mal) avaliadas pelo governo (Mochkofsky, 2011, p. 180).

Contrariados com o repentino aumento dos impostos sobre exportação de grãos, diversos setores do campo ameaçaram parar com o abastecimento, bloquearam vias e portos e, em pouco tempo, conseguiram disseminar a ideia de que a real intenção do governo era a de se apropriar dos lucros do campo para financiar gastos políticos (Mochkofsky, 2011, p. 180). Com o passar dos dias o protesto se expandiu para as classes urbanas médias e altas, que encheram as ruas das principais cidades em favor do campo e com um profundo repúdio a presidenta e acusações de corrupção e autoritarismo (2011, p. 180).

Na medida em que os protestos iam aumentando, o cenário de aliança entre governo Kirchner e Clarín ia se desfazendo principalmente por dois motivos: o primeiro se dá em razão de que o Clarín tinha interesses no setor agroindustrial; o segundo era a relação do jornal com o seu público: continuar apoiando o governo enquanto a presidenta perde popularidade cada vez mais e ainda se encontra num embate contra um amplo setor social não era um bom negócio para o grupo (Mochkofsky, 2011, p. 184).

Na teoria de Pierre Bourdieu (2004, p. 153), o espaço social é um espaço multi-dimensional, ou seja, um conjunto aberto de campos relativamente autônomos que se encontram subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações de modo mais ou menos direto ao campo de produção econômica. Bourdieu chama de “heteronomia” o processo pelo qual os campos, embora possuam sua lógica específica, funcionem de acordo com uma lógica externa, baseada nas conveniências do campo econômico (Miranda, 2005, p. 129).

Por isso, a decisão do governo de aumentar repentinamente os impostos sobre os grãos implicou em uma perda de capital político, que é uma forma de capital simbólico, quer dizer, um crédito lastreado na crença e no reconhecimento que os próprios agentes conferem a uma pessoa (Bourdieu, 2004, 187). Toda essa volatilidade do capital político faz com que este seja dependente da representação, da crença, tornando o político vulnerável às suspeitas e aos escândalos (2004, p. 188). Por isso, a conservação deste capital deve se dar mediante um trabalho permanente não só para ampliar o crédito como também para evitar o descrédito (2004, p. 189). Dessa forma, a tomada de decisão do governo sem qualquer consulta aos pequenos, grandes e médios produtores contribuiu para o enquadramento do governo como antidemocrático (Henkel & Morcillo, 2013, p. 36).

De forma igual ou maior, o campo jornalístico se encontra permanentemente sujeito ao arbítrio do mercado através do índice de audiência, capital específico dentro desse campo (Bourdieu, 1997 p. 106). Por isso, a acumulação do capital político por parte do representante fica sujeito ao enquadramento realizado pelo campo jornalístico, submetendo o campo político à pressão das exigências da maioria que, por sua vez, são constituídas como reivindicações impulsionadas pela expressão que recebem na imprensa (Bourdieu, 1997, p. 114).

A importância de uma compreensão sócio-histórica se dá na medida em que através dela é possível perceber que os efeitos gerados dentro dos campos não são o produto de um plano orquestrado e nem uma soma de ações aleatórias (Bourdieu, 1989, p. 254). A concorrência na qual os agentes se encontram realiza-se em um meio que lhe confere tendências gerais, ligadas às regras inscritas no próprio jogo. O *habitus* é nesse cenário a incorporação dos capitais que estão em jogo, seja no campo político, seja no campo jornalístico, e que conduz os agentes de cada campo a agirem da maneira como agem na busca pelo capital simbólico.

Todo esse desgaste sofrido pela presidenta fez com que Magnetto – proprietário de 82% das ações e diretor do Grupo Clarín – perdesse qualquer esperança que poderia ter com o futuro dos Kirchner (Mochkofsky, 2011, p. 185). A situação piorou quando na madrugada de 17 de julho, o vice-presidente Julio Cobos, em um ato inesperado contra o governo, desempatou a votação no Congresso que teve por consequência a revogação da Resolução 125 (2011, p. 186). Com a vitória da bancada ruralista, o governo Kirchner estava virtualmente derrotado.

Nesta conjuntura, o posicionamento do Grupo Clarín passou nitidamente a ser contra o governo, sendo esta ação decisiva para o governo romper relações com um grupo que considerava como traidor, levando esta batalha ao debate público (Silva, 2015, p. 43). Kirchner já havia avisado a Mignetto de que estava disposto a impulsionar uma nova lei de meios, o que atacaria diretamente o império construído pelo Grupo (Mochkofsky, 2011, p. 189).

Contudo, a relação de anos de camaradagem com o governo conferiu ao Clarín uma grande importância enquanto ator político. O campo jornalístico se encontra, de certa forma, englobado pelo campo político, no qual exerce efeitos significativos, estando ambos diretamente submetidos à influência do mercado (Bourdieu, 1997, p. 114). Toda essa influência do campo jornalístico – ele próprio sujeito a uma interferência constante da lógica comercial – sobre um campo político, sempre tendente à fascinação pela demagogia, contribui para o enfraquecimento da autonomia deste, estando mais sujeito, portanto, às imposições externas, como as do campo econômico (Bourdieu, 1997, p. 116).

O cenário da luta entre o governo e o grupo Clarín demonstra, justamente, a interação existente entre os campos político e jornalístico e o empenho de forças dentro dos campos que objetiva a obtenção do capital específico em cada um deles. A conveniência econômica fez com que o grupo Clarín atuasse de modo a estabelecer relações amigáveis com o governo, que por sua vez, lograva vantagens – como popularidade e aprovação pública – com a atuação do Clarín na mídia. A mudança nessa conjuntura, contudo, fez com que o grupo Clarín, visando a manutenção de sua posição de legitimidade e controle no campo, retirasse seu apoio ao governo.

O campo define-se, deste modo, como um sistema de desvios de níveis diferentes, isto é, os atos e discursos produzidos tanto pelas instituições como pelos agentes somente adquirem sentido relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (Bourdieu, 2004, p. 179).

Nesse sentido, o conflito se constitui pelo poder de representação, por uma luta pelo reconhecimento das formas de representação legítima (Girardi Jr, 2007, p. 128). É a disputa entre o governo e o Grupo Clarín pelo poder de nomeação, identificação, categorização do tema de democratização da mídia, uma batalha para gerar quadros de representação, numa tentativa de trazer a força do senso comum junto a determinados agentes e seus interesses (Girardi Jr, 2007, p. 128). As lutas de representação são, portanto, a construção do mundo social através de um jogo de adesão e rechaço, que gera toda uma discussão acerca do reconhecimento da demanda, neste caso a democratização dos meios de comunicação.

O campo da política e o campo jornalístico constituem assim um multifacetado jogo pela conquista de reconhecimento e legitimidade de suas ações por meio do poder simbólico (Girardi Jr, 2007, p. 129). O poder simbólico é um poder (econômico, político, cultural ou outro) que não se exerce no sentido de uma coerção física, mas no plano do sentido; é um poder traz condições de se fazer reconhecer, isto é, obter reconhecimento (Bourdieu, 2000, p. 61).

Em 27 de agosto de 2009, o projeto da Lei de Meios começou a tramitar no Congresso (Mochkofsky, 2011, p. 190). O posicionamento do governo era de que a comunicação não pode ser encarada como um simples negócio comercial, pois favoreceria o controle da informação nas mãos do poder econômico concentrado, impedindo assim uma comunicação verdadeiramente democrática e pluralista (Busso & Jaimes, 2011, p. 2). O diploma legal continha dois artigos que afetavam diretamente ao monopólio: o artigo 41, que versava sobre a “multiplicidade de licenças”, estabelecia certos limites à concentração de licenças por parte de somente uma empresa; e o artigo 161, que fixava um prazo de um ano para esta “desconcentração” (Mochkofsky, 2011, p. 191).

O Grupo Clarín mobilizou todos os recursos possíveis para se opor a lei, afirmando que se tratava de uma “lei da mordada”, que feria a liberdade de imprensa e tinha como objetivo de dar a um governo autoritário o controle absoluto sobre a informação (Mochkofsky, 2011, p. 191), enquanto o governo atacava o Clarín através da imprensa e por retaliações concorrenciais. Todavia, no dia 10 de outubro de 2009, a lei foi sancionada pelo Senado e promulgada pela Presidenta, restando ao Clarín o caminho dos tribunais (2011, p. 191).

Poucos dias após a promulgação da lei, o Clarín logrou uma medida cautelar no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade dos artigos 41 e 161, os quais determinavam que suas licenças de rádio e televisão fossem reduzidas, além de fixar o prazo de um ano para o cumprimento dessas exigências (Baranchuk & Rodríguez Usé, 2010, p. 22). Se tais medidas fossem aplicadas, o Grupo Clarín deveria se desfazer de 90% das suas concessões em um prazo máximo de um ano.

O campo jurídico, por ter um papel determinante na reprodução social, possui uma autonomia menor se comparado a outros campos como o artístico e o científico. Em razão desta baixa autonomia do campo jurídico, as mudanças externas nele se retraduzem de forma mais direta, assim como os conflitos internos travados nele são resolvidos mais diretamente pelas forças externas (Bourdieu, 2004, p. 251). O campo jurídico é o mais próximo do campo político, sendo fundamental para a caracterização deste último campo (Santos, 2012, p. 88). Nas palavras de Pierre Bourdieu (1997, p. 21), a falta de autonomia de um determinado campo se manifesta pelo fato de que os confrontos exteriores, especialmente os políticos, se manifestam nele diretamente. O acúmulo do capital político adquirido através das lutas de representação travadas nos campos social e político têm como objetivo, portanto, a aprovação da Lei de Meios. Neste embate em que se confrontam visões de mundo antagonistas o que está em jogo é o monopólio do poder da nomeação, da palavra oficial. O veredito do juiz, que soluciona divergências a respeito de coisas ao declarar que elas são verdade (Bourdieu, 2004, p. 236), passa a ser objeto de luta entre o Grupo Clarín e governo.

A partir daí se desenrolou uma batalha judicial: apesar da decisão da Corte Suprema Argentina no sentido de considerar a constitucionalidade de todos os

artigos da lei de meios no ano de 2012, o Clarín interpôs cautelares e conseguiu frear na justiça a aplicação total da lei. De acordo com Germán Banek, delegado da AFSCA da província de Salta, na Argentina, a estratégia jurídica do Clarín foi a de retardar ao máximo a aplicação da Lei até que viesse outro governo (Germán Banek. Entrevista pessoal Nº 1. 22 de dezembro de 2015).

Logo após assumir o mandato, em 10 de dezembro de 2016, o presidente argentino Mauricio Macri modificou toda a estrutura da Lei de Meios através de decretos de urgência, transferindo para o executivo federal o controle das decisões regulatórias sobre os meios de comunicação (Pasti, 2016).

#### **4. Considerações finais**

O surgimento da Lei de Meios na Argentina, analisada sob a perspectiva teórica de Bourdieu, permite a compreensão de que os campos sociais existem em articulação uns com os outros. Embora os campos jornalístico e político possuam autonomia relativa e regras próprias de funcionamento, a existência das lutas e seus desdobramentos dentro deles é consequência de uma interação desenvolvida com o objetivo de obter os capitais específicos de cada campo.

Nesse sentido, a interação entre os campos jornalístico e político, especificamente, é imprescindível. A obtenção de legitimidade e aprovação pública pelo governo depende, em grande medida, da imagem recebida pelos governados por meio, principalmente, dos veículos de comunicação. A conquista da credibilidade, altos níveis de audiência e expansão de negócios pelo grupo Clarín, por sua vez, depende de um cenário político que permita sua atuação no campo sem maiores entraves.

É importante a análise para compreender também que, nessa estrutura relacional entre campos, as ações empenhadas na luta pelo capital são resultado do *habitus* incorporado pelos agentes dos campos em um processo histórico, e não de um agir absolutamente racional. Todas as ações do governo e dos dirigentes do grupo Clarín possuem relação com tentativas e resultados obtidos ao longo de um processo sócio histórico de lutas e conquistas por capitais.

A partir de uma compreensão sócio-histórica tanto dos atores envolvidos, como das estruturas em que os capitais são jogados, é possível dizer que a Lei de Meios é resultado de uma amálgama de relações entre agentes situados no campo político e o campo jornalístico – pressionados, por sua vez, pelo campo econômico.

O confronto político entre governo Kirchner e Grupo Clarín se desdobrou, portanto, para o campo jurídico, no qual a luta é resolvida pela sentença de uma autoridade, constituindo-se o jogo em torno do poder de impor a decisão soberana do Estado, possuidor do monopólio de instituir o princípio globalmente reconhecido de conhecimento do mundo social; em outras palavras, detentor do monopólio da violência simbólica legítima.

O poder simbólico dos porta-vozes e das instituições envolvidas neste processo de reconhecimento e legitimação leva a acionar esses sinais carregados de sentido e transformando-os em força mobilizadora para a ação. Os grupos passam a se apresentar publicamente permeados por estes signos carregados de autoridade: do lado do governo, a necessidade de democratizar a informação, combatendo firmemente a ganância dos empresários; do lado do Clarín, críticas a um governo repleto de escândalos de corrupção e à censura contra a mídia independente.

## Referências bibliográficas

- Baranchuk, M & Rodríguez Usé, J. (2009). *Ley 26.522: hacia un nuevo paradigma en comunicación audiovisual*. Argentina: AFSCA y Universidad Nacional de Lomas de Zamora.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bourdieu, P. (2002). *Bourdieu entrevistado por María Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Bourdieu, P. (2004). *O poder simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2011). Sobre as relações entre a sociologia e a história na Alemanha e na França. Em: *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- Busso, N. & Jaimes, D. (comp.) (2011). *La cocina de la ley. El proceso de incidencia en la elaboración de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual en Argentina*. Buenos Aires: FARCO.
- Girardi Jr., L. (2007). *Pierre Bourdieu: Questões de Sociologia e Comunicação*. São Paulo: Annablume; Fapesp.
- Henkel, C & Morcillo, J. (2013). *La palabra liberada: una crítica marxista a la ley de medios*. Buenos Aires: Eudeba.
- Miranda, L. (2005). *Pierre Bourdieu e o campo da comunicação por uma teoria praxiológica*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Mochkofsky, G. (2011). *Pecado original: Clarín, los Kirchner y la lucha por el poder*. Buenos Aires: Planeta.
- Montenegro, M. (2011). *Es la eKonomía estúpido: la historia secreta de las decisiones, trampas y falacias del kirchnerismo*. Buenos Aires: Planeta.
- Pasti, A. (2016, 4 de janeiro). Lei de Meios argentina sofre desmonte autoritário com governo Macri. *CartaCapital*. <https://bit.ly/2NztK8s>.
- Santos, A. F. P. R (2012). Uma introdução à Sociologia das profissões jurídicas. *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./jun.
- Silva, S. M. (2015). *Ley con qué medios? O enquadramento noticioso no contexto do confronto político entre Clarín e Cristina Kichner*, nº f. 117. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.